

Carlos Silva

Estratégias de estabilização na era do real: O desequilíbrio econômico-político brasileiro e os equilibristas do desenvolvimento¹

Tudo aquilo que os modelos procuram modelar é sempre um sistema de poder; mas, se a eficácia do sistema se mede pela sua invulnerabilidade e capacidade de durar, o modelo se torna uma espécie de fortaleza, cujas muralhas espessas ocultam aquilo que está fora.

Italo Calvino. Palomar

Este trabalho sugere uma incursão pelos debates teóricos que se acirram a partir da implementação de planos econômicos no Brasil, tais como o Plano Real (1994) e seus antecessores Plano Collor I e II (1990/1992). A partir deste recorte analítico, procurar-se-á observar os reflexos da globalização da economia, a expansão dos Mercados consumidores e fornecedores de produtos industrializados, o aparecimento de conflitos sócio-culturais intensos e as novas frentes definidoras de políticas econômicas que configuravam no país desde os primórdios da década de 1990.

Este processo indicou, no Brasil, diversos momentos de crise e de tensão na sociedade, gerando cada vez mais incertezas e fases de instabilidade econômica e política. Talvez seja este um dos motivos mais explícitos da formulação de vários planos de estabilização em um mesmo período histórico (Nova República), com destaque aos que foram sendo alterados no período em apreço.

A preocupação em acompanhar as mudanças geradas não só pelos indicadores internacionais - em especial na América Latina, sob o comando norte-americano através das instituições financeiras, direcionadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) - mas também pelos projetos inovadores de caráter nacional, marcaram profundamente todos os planos de estabilização ocorridos no país desde 1986 até nossos dias. Por isto, podemos explicar a necessidade de apontar os embasamentos teórico-metodológicos que permearam os ideólogos destes planos, sem deixar de assinalar as adaptações e as características assumidas pela economia brasileira, além da inserção das discussões sobre globalização e regionalização.

¹ Este texto foi apresentado no SLAS Annual Conference, ocorrida em abril de 2000 na University of Hull (UK), no seminário Brazilian Future Focus.

As ideologias neoliberal e social-democrata traçaram, efetivamente, os rumos pelos quais a política econômica brasileira, compreendendo os períodos do governo Fernando Collor e primórdios do mandato de Fernando Henrique Cardoso, deveria seguir para ajustar-se aos aspectos globalizantes da economia mundial. Por conseguinte, fortaleceram a polêmica frente aos planos de estabilização das economias periféricas ao servirem de base estratégica para homogeneização das políticas econômicas desses Estados Nacionais - o famigerado *Washington Consensus*.

O objetivo deste trabalho é adentrar nas polêmicas que se firmaram a partir das causas e das origens da crise mundial da ciência econômica e o papel do Estado (competências) ao provocar a análise crítica dos planos de estabilização do governo Collor, sua natureza ideológica, as propostas heterodoxas e ortodoxas, fracassadas no intuito de combater a inflação, até a junção do idealismo reformista da equipe econômica com o receituário dos *technopols* de Washington (frente a um plano único de ajustamento das economias periféricas).

Nesta missão, incluímos a opinião de renomados cientistas econômicos e políticos sobre o tema, procurando atentar nas convergências e divergências intrínsecas ao pensamento econômico contemporâneo, em especial o que se refere as variações cíclicas no processo de estabilização da economia brasileira.

A consolidação da abordagem de Washington e a estratégia de estabilização

Com os resultados favoráveis das eleições presidenciais de 1989, o governo Collor iniciou uma longa e árdua jornada em prol da consolidação da modernidade e do Mercado. Destarte, vivenciando tempos incertos marcados por uma crise econômica sem precedentes na conjuntura brasileira, ou sombrios como descreveu filosoficamente Hannah Arendt² - ao deparar-se com os fantasmas do conservadorismo e pela confusão ideológica dos anos 40 e 50 -, Fernando Collor de Mello conseguiu manter um clima de *non sense* nos tradicionais e marcantes ciclos de estabilização político-econômicos.

Este momento foi fomentado devido ao fato de defender um programa de liberalização econômica, além das políticas de privatização e da promoção de uma ideologia em que a coordenação estratégica da economia era atribuição do Mercado e não do Estado, suscitando dúvidas perante a sua tendência ideológica ser ou não neoliberal. Por conseguinte, em todas as

² Arendt, Hannah. *Men in Dark Times*. New York, Harcourt, 1968.

interpretações econômicas e políticas de seu governo, acadêmicos, políticos, jornalistas e a própria sociedade civil se dividiam nas conclusões das medidas de caráter econômico-político adotado em seu governo.

O importante é assinalar que, neste debate, a bandeira empunhada pelos *technopols* do governo Collor de Mello ostentava a ideologia da modernidade e delineava a estratégia de planejamento econômico visando a superioridade do Mercado sobre o Estado para promover a eficiência econômica. Conforme salientou Bresser Pereira,

*modernidade expressa em um compromisso de luta contra a pobreza e a desigualdade. No entanto, sem evitar uma série de contradições latentes no seu discurso sustentado em bases populistas e originadas em um mosaico teórico-ideológica que envolve desde a direita oligárquica do coronelismo nordestino até a direita arcaica, burocrático-autoritária de 1964*³.

Confundir a estrutura ideológica do governo Collor com o neoliberalismo significa incorrer no desconhecimento teórico-conceitual da palavra. O neoliberalismo é individualista e pessimista a respeito de uma série de conceitos, entre eles: a possibilidade de cooperação social ou ação coletiva, política industrial e tecnológica e políticas macroeconômicas de curto prazo. Ademais, mostra-se contrário às políticas sociais, acreditando que estas tentativas de distribuição de renda e equidade social são mecanismos perversos de desestímulo ao trabalho e a iniciativa individual.

O neoliberalismo não é no Brasil uma ideologia adotada pelos setores significativos da classe política e empresarial brasileira e não se define como prática política, apontando o ex-presidente Fernando Collor como representante de uma direita moderna que aceita e prioriza a intervenção ampla do Estado na área social e limitada na área econômica. Não obstante, o plano de estabilização e a reforma econômica do governo Collor representam um ousado projeto de transformação da economia brasileira que segue os moldes de um rigoroso receituário neoliberal. É proeminente destacar que esta hipótese confirma que os planos de estabilização são

*resultado de um paradoxo político que inviabiliza de forma permanente o próprio projeto mais amplo de reforma liberal da economia brasileira*⁴.

O modelo dos planos de estabilização pode ser estruturado em duas fases: 1) fase do controle do processo inflacionário por um período limitado

³ Pereira, Luiz Carlos Bresser. *O governo Collor e a Modernidade em tempos incertos*. Novos Estudos CEBRAP, n° 29. São Paulo, março de 1991, p. 8.

⁴ Fiori, José Luís. *Poder e Credibilidade: O paradoxo da reforma liberal*. Lua Nova, n° 25. São Paulo, 1992, p. 185.

(coerção); e 2) fase de liberação dos preços e o conseqüente descongelamento dos salários (desmoronamento). A etapa crítica dessa estrutura é a segunda fase, pois, proporciona o retorno dos índices inflacionários superiores ao período pré-estabilização e revela o desmoronamento do exercício de estabilização aplicado, exponenciado pela incapacidade governamental de resistir às demandas e pressões sobre o gasto público,

*incapacidade que podemos considerar como o fator responsável pelo isolamento e impotência da política monetária, por mais restritiva que ela tenha sido*⁵.

Neste sentido, os planos de estabilização defrontaram-se com a falta de poder e de apoio das classes produtoras e, principalmente, com a pré-disposição dos agentes econômicos em seguir a lógica estrutural das leis do Mercado. Os planos ruíram pela falta de capacidade em estabilizar as novas regras e expectativas econômicas e políticas, condição indispensável para sustentar e consolidar o desenvolvimento pretendido.

Vale notar ainda que, sem poder e adesão de empresários e trabalhadores - não confundir com a retórica de Câmaras Setoriais proposta pela (então) ministra Dorothea Werneck -, a autoridade econômica fica desprotegida e entregue às flutuações impostas pelo Mercado e qualquer tentativa para recompor as estratégias corretivas resultam em completo fracasso.

Para confirmar essa assertiva, Luís Fiori (1992) propõe um reflexão dos planos Collor I e II. A fase do “desmoronamento” foi balizada pela apressada liberação dos ativos financeiros e dos preços - não esquecendo a inabilidade demonstrada com a estratégia da inflação zero -, ocasionando a redução do processo produtivo e o crescente aumento dos índices de desemprego, o que resultou no descontentamento da opinião pública e a desconfiança frente as definições de cunho político-econômico do governo.

No entanto, o grande diferencial apresentado no plano Collor I, em relação aos demais planos concebidos no período da Nova República - foi a opção rigorosamente liberal do governo, que o impediu de usar novas formas de coerção, mantendo-o apenas como um sinalizador do Mercado mediante suas políticas monetária e fiscal restritivas.

Talvez a aposta estabilizadora do governo (supostamente) acreditou que

⁵ Fiori, José Luís. *Poder e Credibilidade: O paradoxo da reforma liberal*. Lua Nova, n° 25. São Paulo, 1992, p. 186.

*os agentes econômicos abdicassem de suas vantagens imediatas em nome do sucesso de seu projeto de longo prazo: alcançar o sonhado mundo em que só vigorassem as leis do Mercado*⁶.

Em relação a temática desta análise, é neste ponto que localizamos o grande paradoxo dos planos de estabilização propostos: a transição do Mercado acabou sendo barrada pelo próprio Mercado. Assinalamos, entretanto, que a nitidez desta afirmação assume formas mais complexas no plano Collor II, pois, foi a partir de sua implementação que o governo assumiu uma postura estratégica em prol de soluções macroeconômicas necessárias.

A apologia aos planos Collor I e II é sustentada por sua importância sobre o papel do poder e da credibilidade na eficácia das políticas econômicas dos “reformistas neoliberais” no Brasil. Neste sentido, verifica-se que as diretrizes estabilizadoras - estabilização da moeda, liberalização de uma economia à beira de uma hiperinflação e o papel do Estado -, conviviam concomitantemente com um Mercado distorcido pela atuação severa de grupos sólidos que monopolizavam a estrutura de oferta e que segmentam de forma radicalmente desigual a estrutura da demanda. É sobre este quadro de condições, consolidadas ao longo do desenvolvimento político-econômico nacional que a vontade reformuladora deve atuar, acrescentando uma justificativa para a estratégia estabilizadora deve estar centrada na resolução dos conflitos gerados pelas desigualdades e agravadas pela compreensão da demanda.

A partir desta transposição da realidade nacional, desvenda-se a contradição existente nas soluções de estabilização calcadas nas tentativas de recriar as condições de funcionamento de um Mercado, viciado no protecionismo e no clientelismo. A hipótese principal da análise elaborada pelo cientista político Luís Fiori encontra-se vinculada a esta distorção; pois, o paradoxo das estratégias de reforma liberal, no que diz respeito ao poder e à credibilidade - enfrentam uma realidade distinta de um Mercado puro - onde a concorrência é ditada pelo próprio Mercado - e, qualquer tentativa para fazer uma recomposição passa por alguma ação corretiva constituída fora do Mercado (tendência intervencionista), em termos de constituição do consenso, da vontade e do poder de transformação.

Os liberais radicais

*não querem compreender é que propor como solução para a nossa sociedade a existência de regras e instituições estáveis é, no mínimo, um acacianismo*⁷.

⁶ Ibidem, p. 187.

⁷ Fiori, José Luís., op. cit., p. 188.

Sustentado por esta idéia, torna-se evidente uma compreensão de que qualquer tentativa intervencionista de cunho liberal deve focalizar suas forças na compreensão das desigualdades do Mercado no que diz respeito as suas tendências altamente oligopolizadas e protecionistas. No entanto, não devemos incorrer no erro tradicional da visão jacobina de reforma do Estado e do Mercado pelo próprio Estado.

Esta teoria é análoga às propostas do Mercado como panacéia universal. Isto porque, neste caso, não estamos aqui partindo de um ponto zero, mas sim de uma realidade em que a situação político-econômica se consolidou através de décadas de apropriação privada, segmentação e corrupção da máquina estatal. No caso específico dos planos Collor I e II, a opção jacobina esteve intrinsecamente relacionada aos quatorze meses de condução da equipe econômica. As reformas previstas acabaram por esbarrar na ausência das condições de poder que permitissem enfrentar e vencer as resistências.

Além disso, dificilmente o Estado poderá ser o agente eficaz para consolidar o Mercado sonhado pelos liberais, acrescentando que a atual estrutura do Estado brasileiro - oligopolizado e heterogêneo - pode ser o melhor caminho para sua substituição e desmantelamento. No Plano Collor I, os resultados criaram insatisfação tanto nos liberais mais ortodoxos quanto na própria sociedade e levaram à uma resposta dada pelos grupos mais poderosos, propiciando o fracasso do plano e indicando uma revisão - por parte da equipe econômica - das estratégias adotadas, além de ressuscitar a ortodoxia no 2º semestre de 1990.

Sem o apoio e a adesão empresarial - suporte fundamental para manutenção do processo de estabilização - toda a segunda fase de estruturação dos processos de estabilização são confirmados (fase do desmoronamento). Principalmente, se for levado em conta que a caracterização do processo recessivo atinge mais fortemente as camadas da população que compreendem ao que o presidente Fernando Collor classificava como descamisados.

Aproveitando-se desta situação, as classes empresarias apostam sistematicamente a favor da interrupção da política recessiva imposta. Principalmente nos aspectos de maior relevância: preços, impostos e lucros. Entrementes, esta posição dos empresários não reflete uma posição anti-ética como pregaram os reformistas liberais do governo, mas sim um comportamento perfeitamente coerente com as normas e regras impostas pelo Mercado. Além do mais, este mercado, ativo e real, não representa o “nirvana” da economia sobre a concorrência perfeita sonhada pelos liberais.

Deve-se, ainda, ressaltar os dois critérios de análise político-econômico que levaram a dualidade e ao retumbante fracasso dos planos de estabilização propostos pelos *technopols coloridos*:

*1.º Os reformistas acreditavam todo o tempo que o poder de que necessitavam era possível de ser obtido através do apoio incondicional do presidente e do formulação de normas cada vez mais detalhadas de cerco ao capital privado e aos agentes públicos; 2.º Da fé no sucesso de medidas econômicas tecnicamente corretas ou bem intencionadas, eles passaram a acreditar na eficácia de instituições criadas da noite para o dia e assentadas apenas em invenções e argumentos supostamente verdadeiros*⁸.

Este posicionamento vicioso e incongruente criado pelos reformistas liberais em torno do dinamismo do mercado e seu utilitarismo implícito no funcionamento das forças de mercado vem, no Brasil, sendo o maior obstáculo para alcançar a estabilização da moeda e a abertura da economia. As expectativas do governo em conseguir que os agentes econômicos aderissem ao seu programa de austeridade, apoiados simplesmente pelo comprometimento de sua promessa de liberalização da economia, era não só ingênua como contraditória.

Retomando a linha central da análise referente ao fracasso dos planos de estabilização brasileiros, Fiori ressalta que estes problemas somente serão superados quando for solucionado o paradoxo político - centrado nos conceitos de poder e credibilidade - indispensáveis para restabelecer o equilíbrio macroeconômico e viabilizar permanentemente o projeto de reforma liberal da economia brasileira. A partir desta premissa, retomamos Hannah Arendt no referente aos *tempos incertos* que amargam nossa contemporaneidade, principalmente na hipótese de ser a ideologia da modernidade um desafio. No caso brasileiro, esta proposição é observada na reorganização da sociedade em prol de um mesmo objetivo de estabilização e retomada do crescimento econômico, situação em que poderemos superar os *tempos incertos* em que vivemos e desmistificar os *tempos sombrios*.

A Estabilização tupiniquim em sintonia com a teoria neoliberal: A Nova República sob as diretrizes da Nova Carta

A nossa incursão pelo recente debate teórico que envolve a popularização de duas tendências: a hegemonia liberal, baseada nos modelos cunhados pelos *technopols* de Washington e sustentados pelo Banco Mundial e o FMI; e a abordagem social-democrata, que propõe solucionar o

⁸ Fiori, José Luis, Op. cit., p. 192.

problema da crise econômica e a repensar o papel do Estado, são fundamentais para embasar as considerações que conquistamos.

Aliás, uma análise do período proposto neste estudo, a Nova República, envolve uma outra fundamentação da dependência de três fatores imprescindíveis para determinar o grau de avanço de um país no processo de transição econômica:

*O período de tempo transcorrido desde que tiveram início as reformas,
O ritmo ou a velocidade com que elas vêm sendo implementadas e
A abrangência do processo de transformação em curso*⁹.

No caso específico da economia brasileira, devemos relatar que as reformas propostas sempre começaram tardiamente e o ritmo lento e hesitante das mudanças restringiram as expectativas reais de transformação. Consoante as assertivas de Thomas Sargent, o aspecto sintomático do atraso do processo de estabilização brasileiro é refletido nas altas taxas de inflação, pois, a partir de 1987, de todos os países latino-americanos com inflação superior aos 100%, apenas o Brasil permaneceu com inflação mensal de dois dígitos.

Para Eduardo Giannetti (1995), considerando a crise das ciências econômicas, o processo de estabilização somente obterá sucesso ao incluir dois ingredientes fundamentais no receituário (com ou sem *Washington Consensus*): o ajuste fiscal e a liberalização econômica. Seguindo a linha teórica do economista, é premente acrescentar que qualquer alteração na condução político-econômica do país envolve uma série de complicações teórico-metodológicas. Por exemplo: o sucesso da economia brasileira no velho modelo de substituição de importações e a capacidade de evitar a derrocada do setor industrial como fator de retardamento do processo de desenvolvimento e expansão capitalista - situações concretas na Argentina e outros países da América Latina. Neste sentido, o Brasil está pagando pelo preço do sucesso no pós-guerra, o que envolve um jogo de interesses e uma resistência brutal à mudanças.

A forma como no Brasil foi articulado o duplo processo transitório - da esfera política para a democrática e da econômica para o Mercado - foi um dos fundamentais fatores explicativos do atraso na estabilização brasileira. Afinal, o custo de fazer a transição política antes da econômica, ou seja, instaurar a democracia antes da realização das reformas econômicas, tende a dificultar e retardar o processo de mudança no campo da economia. Por conseguinte, o descontrole fiscal e o caos inflacionário resultantes desse

⁹ Fonseca, Eduardo Giannetti da. "Transição econômica e estabilização: por que o Brasil ficou para trás?". In: *As partes e o todo*. São Paulo. Siciliano, 1995, p. 175.

descompasso podem comprometer as bases do regime democrático e provocar um lamentável retrocesso político.

Todavia, nenhuma dessas afirmações comprovam que a transição econômica seja impossível num ambiente democrático. São exemplos a Argentina e a Bolívia, na América Latina; Portugal e Espanha na Europa, como países que conseguiram avançar na transição para uma economia mais aberta e estável numa democracia. De acordo com as menções analíticas de Giannetti, *a democracia não é incompatível com a transição econômica. O argumento é que ela tende a retardar o processo*¹⁰. Por isso, apesar de no Brasil a transição política anteceder a econômica não impede o (esperado) sucesso no combate a inflação.

Outro fator relevante no atraso do processo estabilizador no país é o teor arcaico e dúbio da Constituição de 1988, principalmente no que diz respeito ao sistema de representação vigente. Concretamente, este fato possibilitou ao Congresso Nacional a manipulação da Nova Carta no tocante ao

*critério de representação enviesado através do qual ele próprio se elegeu. A esse quadro juntam-se a excessiva fragmentação partidária - havia dezenove partidos no Congresso - e a ausência de um sistema partidário estruturado, o que inviabiliza a formação de maiorias estáveis no Legislativo e faz da votação de cada projeto do Executivo uma infernal batalha de barganha e quid pro quo. Tudo isso dificulta a formação do Consenso necessário para a implementação de reformas econômicas coerentes*¹¹.

O estrago econômico, resultante desse processo político marcado pela indefinição, está presente na vulnerabilidade da União ao assédio oriundo do próprio setor público. O Brasil convive com um sistema em que o regime fiscal distribui recursos para os estados e municípios sem transferir os encargos compatíveis.

A partir dessas afirmações é contundente estabelecer uma reformulação das bases da ciência econômica, principalmente, na recuperação do sentido de economia política. Não obstante, eliminar as distorções do sistema político e recuperar o tempo perdido nos últimos anos com infundáveis planos de estabilização inverossímeis. Além disso, o paradoxo dos planos de estabilização, com relação ao papel do poder e da credibilidade do Estado, na eficácia das políticas econômicas dos reformistas neoliberais do Brasil, é contestada em todas as linhas do pensamento científico-econômico.

¹⁰ Fonseca, Eduardo Giannetti da. Op. Cit., p. 181.

¹¹ Idem

A veracidade desta assertiva está salientada na predisposição dos agentes econômicos em não abdicar das suas vantagens imediatas em nome do sucesso de seu projeto de longo prazo.

Como a utopia do Mercado é de consumo é realização imediatas, e como sua realização destrói o programa de governo, o que se chama eufemisticamente de falta de credibilidade deve ser visto, na verdade, como um problema de falta de poder¹².

Neste sentido, reiteramos, o fracasso dos planos de estabilização brasileiros somente será superado quando for solucionado o problema do paradoxo político e, o mais importante, a competência do Estado seja discutida sem o apego a seus velhos conceitos e teorias.

Considerações Finais

Poucos anos faltam para encerrar um século conturbado por questões e impasses de ordem econômica e política. Com o desprendimento partidário e o total discernimento dos acontecimentos que delinearam as incertezas e as crises construídas ao longo deste século XX - principalmente o período que compreende esta análise -, aproveito para mencionar Eric Hobsbawn¹³, com relação a formação concisa e a ironia intelectual para compreender e explicar as interdependências das crises econômicas com o desenvolvimento político deste século.

Somente a partir de 1990, reconhecemos que os problemas econômicos eram piores do que os registrados nos anos 30. Afinal, os vinte anos que sucederam 1973, não foram deflagrados como reconhecimento mundial de instabilidade e crise. No entanto, deixando latente o reflexo negativo de desabamento da economia mundial em 1930, o período entre 1973 e 1990, espelhou algumas semelhanças às variações cíclicas de longa duração (ciclos de Kondratieff).

O embate entre as diversas correntes ideológicas preencheram o vazio deixado por grandes fundamentações de ordem econômico-política fervilhantes até a década de 1930/40 com Keynes, Kalecki e Schumpeter. As alternativas para a crise estavam sendo reveladas à luz da minoria de teólogos econômicos ultraliberais. Os confrontos entre os keynesianos e neoliberais - na década de 1970 - não se configuravam como batalhas de expoente técnico e teórico em busca de soluções para os problemas de ordem econômica. Mas, para debater acirradamente suas ideologias incompatíveis e argumentos econômicos questionáveis.

¹² Fiori, José Luís. *Poder e credibilidade*. Lua Nova, n.º 25, 1992, p. 195.

¹³ Hobsbawn, Eric. *As décadas da crise. A Era dos Extremos: O breve século XX: 1914-1991*. São Paulo, Companhia das Letras, 1995.

Os cientistas econômicos e políticos mudaram de bandeira, porém, sem deixar de fora a permanente discussão com relação aos caminhos que a economia mundial deveria seguir para resolver seus desvios macroeconômicos e microeconômicos. As personagens empunham agora, com maior empenho e menor conhecimento conceitual e histórico, o crivo do neoliberalismo e da social-democracia (e, depois da paralisia da esquerda, o retorno aos ideais da Terceira Via, consoante o sociólogo Anthony Giddens (1999), uma *nova* opção ao ditames supracitados). Toda a movimentação centrava-se na relação singular assumida diante do Plano Real, considerado como detentor de uma ideologia de estabilização - forjada pelos *technopols* de Washington e seguindo o receituário neoliberal e o papel social-democrata de repensar o papel do Estado. Além disso, não se deve deixar de mencionar a importância de alimentar as decisões da área econômica através do próprio Mercado.

As abordagens que indicaram as discrepâncias que envolviam a real finalidade do plano de estabilização, proposto pela equipe de Fernando Henrique Cardoso, trouxeram à lume a seguinte questão: o debate econômico atual revela as idiosincrasias dos acadêmicos e dos políticos brasileiros. Para exemplificar esta idéia, retomamos a abordagem de Bresser Pereira ao defender o Plano Real como sendo uma plataforma de caráter neoliberal, considerando que este

*não tem absolutamente nada a ver com o Consenso de Washington. Este foi representado no Brasil, pela política monetarista do governo Collor, que foi monetarista em 1990 e monetarista e gradualista em 1992*¹⁴.

Já a abordagem de Luís Fiori não deixa margem à dúvida: o Plano Real, a despeito de sua originalidade operacional, integra a grande família dos planos de estabilização elaborados pelos *technopols* de Washington, tendo como participação o próprio Bresser Pereira, matizando-se

*pelas estratégias de longo prazo associadas a condição inseparável de seu sucesso no curto prazo: ajuste fiscal, reforma monetária, desestatizações*¹⁵.

É imprescindível apontar que, esta polêmica ficou marcada pela aversão dos participantes em assumir ou defender uma postura ideológica neoliberal. Mesmo porque, os esclarecimentos teóricos do conceito estrutural do neoliberalismo estavam presentes em todas as incursões do tema e procuravam estabelecer as diferenças cruciais das ideologias defendidas.

¹⁴ Pereira, Luiz Carlos Bresser. *O fim do triunfalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994, p. 37.

¹⁵ Fiori, José Luís. *Os moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994, p. 4.

De acordo com Eduardo Giannetti, qualquer problema de ordem econômica, política e social, sem soluções aparentes, são classificados como “conseqüências do neoliberalismo”. Conforme sua tendência analítica, o contexto histórico que envolve a eleição do Plano Real é muito mais subjacente ao ciclo econômico que determina, em qualquer sociedade democrática, o sucesso do processo eleitoral associado as condições da economia vigentes no período em apreço. Deste modo, ressalta-se que

*os eleitores são levados a formar crenças ilusórias sobre o estado real da economia e os governantes colhem, nas urnas, o resultado almejado*¹⁶.

Será o Plano Real o mais recente e espetacular episódio de manipulação pré-eleitoral na história do pensamento econômico brasileiro? Não podemos ocultar que o *timing* eleitoral do Plano Real encerra um expediente pré-eleitoral sem precedentes; pois, apenas a uma semana das eleições presidenciais, a inflação abaixou de 1% ao mês. Este resultado também pode ser observado através de um diferencial (comparado com outros planos): obteve a *desinercialização* da inflação sem incorrer em processos ortodoxos e heterodoxos de congelamento de preços e salários, violação de contratos e sem os fundamentos da estabilização duradoura - ajuste fiscal e liberalização.

Segundo Eduardo Giannetti, com sua peculiar ironia analítica,

*somente os brilhantes economistas brasileiros teriam tido idéia tão engenhosa, até porque somente no Brasil se criou uma indexação tão sofisticada e diabólica*¹⁷.

Alertamos, ainda, que o Plano Real tem seus méritos, independente de sua conotação neo-liberal ou não, pois, apesar do oportunismo eleitoral e a superficialidade de suas medidas estratégicas, ele criou expectativas gigantescas. Portanto,

*após as eleições, o que for feito dele no futuro, será a chave para o que foi feito na fase pré-eleitoral: o Plano Real pertence - ou não - a família espúria do Cruzado? Só o tempo dirá*¹⁸.

Neste sentido, podemos considerar que com os efeitos malignos resultantes das décadas da crise, que aumentaram o “abismo” que separa os países ricos dos pobres, e propagaram o triunfo da ideologia neoliberal na década de 1980, independente das estratégias de planejamento econômico

¹⁶ Fonseca, Eduardo Giannetti da. *O Plano Real e o ciclo econômico-eleitoral*. As partes e o todo. São Paulo, Siciliano, 1995, p. 243.

¹⁷ Fonseca, Eduardo Giannetti da. Op. Cit., p. 245.

¹⁸ Idem

serem relevantes ou não para os problemas evidenciados pela estagflação, o debate econômico caiu no senso comum do descrédito popular.

Destacamos, por conseguinte, a afirmação de Eric Hobsbawm que, ao descrever as batalhas evidenciadas pelas diferentes linhas ideológicas entre os cientistas econômicos, o embate das incompatíveis ideologias se sobressaiu às discussões acerca dos aspectos técnicos e da busca incessante de caminhos alternativos e viáveis para sanar os problemas econômicos, sociais e culturais vivenciados em cada sociedade.

É nesta perspectiva que se matiza um processo de globalização reinante na maioria dos países, abrindo espaços cada vez maiores para o triunfo dos Mercados. No entanto, atualmente, a preocupação tem sido direcionada para as soluções de problemas nacionais e internacionais de cunho econômico, fazendo com que os Estados Nacionais estejam

*à mercê de forças globais sobre as quais podem influir muito pouco, quando podem*¹⁹.

Para Robert Kurz, o processo de globalização, promove uma dualidade irresponsável no próprio seio do sistema,

*ao tirar do poder do Estado os meios financeiros imprescindíveis para o próprio desenvolvimento da globalização*²⁰.

Consoante o sociólogo e ensaísta alemão, a maior parte das indústrias estatais - atualmente, consideradas pouco lucrativas - passa por um intenso processo de desativamento ou privatização, sendo incorporadas por empresas globalizadas. No entanto,

*o capital estrangeiro não visa mais o desenvolvimento do país como um todo, sendo preciso atraí-lo com uma série de regalias. O resultado, porém, é a diminuição do número de empregos, causada pela racionalização, a evasão dos lucros e a ausência de garantias para os investimentos*²¹.

Este perfil na gestão econômica e política marca profundamente a ressurreição do liberalismo que forjou os instrumentos para se atacar o Estado, construindo espaços para o desabrochar de novas teorias que viabilizassem uma economia global. Neste sentido, os EUA saem à frente regulamentando e implantando seu planejamento econômico adequado à internacionalização do capital, exemplificado pelos projetos dos *technopols* de Washington, ao prescreverem “projetos” de estabilização para os países

¹⁹ Samuleson, Robert. *As fronteiras da América Latina*. Exame, 16/7/1997, p.47.

²⁰ Kurz, Robert. “Perdedores Globais”. In: *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 140.

²¹ Kurz, Robert. Op. Cit., p. 138-139.

latino-americanos (herança incontestável do ciclo vicioso dos acordos relacionados à Dívida Externa). Isto reflete um grande interesse do Fundo Monetário Internacional, da Organização Mundial do Comércio e do Banco Mundial em criar vias *facilitadoras* para os países excluídos possam alcançar a “estabilização com crescimento”.

A mais premente questão consiste na caracterização dos aspectos que diferenciam o processo de globalização com o processo de construção dos Estados Nacionais e, concomitantemente, com a consolidação do *expansionismo* e *mundialização* (termo adotado pelas escolas européias em substituição a globalização) do capitalismo. A partir desta ótica, é perfeitamente legítima a utilização do pensamento marxiano ao afirmar que as forças produtivas tornam-se antagônicas ao marco político e institucional vigente, instaurando uma etapa revolucionária (processo de globalização?). Mas, todo período revolucionário pode resultar também numa contra-revolução. Por conseguinte, é necessário construir novos instrumentos do saber - cruciais e estratégicos desafios da atualidade -, na medida em que o velho já não serve mais e o novo ainda não está pronto.

Referências Bibliográficas

Abreu, Marcelo de Paiva (Org.). *A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana (1889-1989)*. Rio de Janeiro, 1992.

Fiori, José Luís. *Os moedeiros Falsos*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994.

Fiori, José Luís. *A governabilidade democrática na nova ordem econômica*. Novos Estudos CEBRAP, n. 43. São Paulo, 1995.

Fiori, José Luís. *O nó cego do desenvolvimentismo brasileiro*. Novos Estudos CEBRAP, n. 40. São Paulo, 1994.

Fiori, José Luís. *Poder e credibilidade: O paradoxo político da reforma liberal*. Lua Nova, n. 25. São Paulo, 1992.

Fonseca, Eduardo Giannetti da. *As partes e o todo*. São Paulo. Siciliano, 1995.

Fonseca, Eduardo Giannetti da. *Liberalismo X Pobreza*. São Paulo, 1989

Hobswan, Eric. *A era dos extremos*. São Paulo, Cia das Letras, 1995.

Kurz, Robert. *Os últimos combates*. Petrópolis, Vozes, 1997.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. *O fim do triunfalismo neoliberal*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1994.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. *Uma interpretação da América Latina: A crise do Estado.* Novos Estudos CEBRAP, n° 37. São Paulo, novembro de 1994.

Pereira, Luiz Carlos Bresser. *O governo Collor e a Modernidade em tempos incertos.* Novos Estudos CEBRAP, n° 29. São Paulo, março de 1991.